



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Decorridas as discussões das temáticas apresentadas, o XVIIº Conselho Consultivo do Ministério dos Transportes, sob o lema “**ANGOLA 50 ANOS | Conectividade | Integração, Inovação para uma Economia Diversificada e Sustentável**” abordou temas relacionados com transportes e logística, tais como o Desenvolvimento Integrado de Cadeias de Valor em Infraestruturas, a Ferrovia e o Desenvolvimento Territorial, a Digitalização e Automação, os Céus abertos e a Conectividade Aérea Regional, bem como a Gestão e Desenvolvimento do Capital Humano, dentre outros.

Após dois dias interativos, com debates e intercâmbio de experiências, amplamente enriquecidos por um leque diversificado de prelectores, audiência física e virtual, o XVIIº Conselho Consultivo do Ministério dos Transportes produziu as seguintes conclusões:

- I. Desenvolver uma estratégia integrada de promoção internacional de activos do sector dos Transportes e Logística, para atrair investidores e operadores internacionais, visando posicionar os portos angolanos, aeroportos, ferrovias e plataformas logísticas como verdadeiros hubs logísticos regionais;



- II. Uniformizar a metodologia de colecta e manuseio de dados, através da criação de uma plataforma integrada para a garantia da fiabilidade e da sua aplicação em tempo oportuno;
- III. Intensificar o intercâmbio técnico entre as empresas e agências reguladoras com as associações de classes de profissionais do sector dos transportes e logística, por forma a acelerar o desenvolvimento de sinergias e incorporação de soluções para o desenvolvimento sectorial adaptadas ao contexto nacional;
- IV. Estimular políticas de incentivo para atrair mais carga doméstica e internacional, ao longo do Corredor do Lobito, consolidando a meta de mais de 1 milhão de toneladas exportadas e importadas nos próximos cinco anos;
- V. Acelerar as etapas do processo de Concessão do Corredor do Namibe de modos a garantir a entrada de investimento privado para o aumento da competitividade e desenvolvimento integrado da região;
- VI. Fortalecer a cooperação e articulação interinstitucional para uma maior integração e implementação de projectos estruturantes, com destaque para os sectores da Construção e Obras Públicas, e Energia e Águas, em estreita colaboração com o Sector Privado



- VII. Instituir um plano nacional de manutenção ferroviária com padrões de inspeção aliados as melhores práticas internacionais, assegurar um sistema de supervisão, fiscalização e monitorização robustos recorrendo a auditorias independentes, e investir na modernização e padronização dos sistemas de telecomunicações e sinalização das três linhas férreas;
- VIII. Garantir a implementação da JUL com vista a interoperabilidade de todos os subsistemas operativos dos intervenientes da cadeia de valor de transportes e logística;
- IX. Apostar na formação contínua e capacitação técnica especializada do pessoal do sector, desde os Órgãos Reguladores, aos regulados, como forma de aumentar a competitividade e garantir melhor desempenho no exercício das suas respectivas tarefas;
- X. Dar sequência ao processo de capacitação técnica dos Órgãos da Administração Local do Estado, no âmbito das competências transferidas para as Administrações Municipais, prestando uma atenção especial as novas províncias;
- XI. A insuficiência do financiamento e a discrepância entre a tarifa pública e a tarifa real do transporte urbano tem gerado impactos socioeconómicos significativos, tais como aumento das desigualdades e da exclusão social, crescimento do transporte



informal, congestionamento e poluição, agravamento de problemas de saúde pública, instabilidade social e desordem no planeamento;

- XII. Reforçar o papel institucional do Fundo Rodoviário e de Obras Emergenciais no financiamento da manutenção das infraestruturas rodoviárias;
- XIII. Garantir o foco no alcance de resultados e fomentar a cultura de responsabilização e transparência no Sector;
- XIV. Imprimir maior celeridade na implementação de sistemas de portagens nos principais corredores de circulação;
- XV. No domínio das concessões, estimular a inovação tecnológica e práticas verdes, alinhando-as com padrões internacionais de sustentabilidade; criar mecanismos robustos para monitoramento e acompanhamento permanentes das concessões;
- XVI. Dar início ao processo de adesão ao CORSIA, preparando desde já os instrumentos legais e institucionais necessários;
- XVII. Estabelecer um marco regulatório nacional para o SAF, integrado ao Programa de Biocombustíveis, com incentivos fiscais e mecanismos de financiamento, promovendo parcerias público-privadas e internacionais para viabilizar a produção local, aproveitando resíduos e biomassa nacionais



- XVIII. Posicionar Angola como líder regional em SAF na SADC, aproveitando o Corredor do Lobito e a conectividade logística para exportação e abastecimento regional;
- XIX. A digitalização e automação tornam os aeroportos mais rápidos, seguros, eficientes e humanos, centrados no bem-estar do passageiro. Assim, o AIAAN afirma-se como referência na modernização aeroportuária e na conectividade internacional, projectando Angola para o Mundo;
- XX. O FSTT afirma-se como parceiro estratégico, focado na sustentabilidade e valorização do capital humano, tendo o futuro dependente da optimização do financiamento, da expansão dos benefícios sociais e da criação de um Fundo de Pensões;
- XXI. Reafirma-se que cada profissional do sector dos transportes deve pautar a sua actuação por desempenho, lealdade, competência e reponsabilidade pública. Somente assim, será possível consolidar instituições sólidas e um sector de transporte robusto, ao serviço de desenvolvimento de Angola.



RECOMENDAÇÕES

Face às constatações anteriormente referidas, o XVIIº Conselho Consultivo do Ministério dos Transportes recomenda o seguinte:

- I. A continuidade e expansão do investimento público e privado em corredores logísticos, assegurando que a infraestrutura de transporte se torne um factor de competitividade e sustentabilidade para o sector extrativo nacional;
- II. Que as entidades do sector criem planos estratégicos integrado de Tecnologias de Informação e de Cibersegurança que estabeleça a visão e os objectivos e as acções necessárias para proteger os activos digitais e assegurar a continuidade do negócio;
- III. Reformular o modelo de organização e funcionamento dos transportes públicos, bem como a definição de políticas públicas de subsídio e regulação, incluindo o incentivo à modernização do sistema e promoção de soluções integradas de mobilidade urbana, de modos a melhorar a qualidade do serviço e garantir um transporte público sustentável;
- IV. Imprimir celeridade no processo de aquisição das novas DMU'S para permitir o aumento da frequência no serviço dedicado ao Aeroporto Internacional Dr. Antonio Agostinho Neto, bem como o lançamento deste serviço na cidade do Lubango;



- V. Acelerar a implementação da Janela Única Logística - JUL, acompanhada de capacitação técnica dos intervenientes, harmonização de processos e monitorização contínua de resultados, de modo a garantir ganhos sustentáveis em eficiência, confiança e dinamização do sector de transporte de logística e de comércio externo;
- VI. Promover a prática da georreferenciação dos acidentes de trânsito, sendo este um mecanismo que pode facilitar a recolha e tratamento de dados, bem como identificar, com precisão, os locais de acumulação de acidentes;
- VII. Que o financiamento do transporte urbano de passageiros tenha uma abordagem integrada e sustentável, adoptando um modelo compatível com o serviço público, que promova a diversificação das fontes de receitas, a melhoria da eficiência e a incorporação de tecnologia;
- VIII. Incentivar o licenciamento do exercício da actividade de táxi colectivos e mot-táxi pelas Administrações municipais de todo País;
- IX. Reforçar a fiscalização do cumprimento de horas de condução pelos motoristas de transporte interprovincial de passageiros, garantindo a observância dos limites legais e das normas de segurança rodoviária;
- X. Realizar investimento para reforço da segurança física e digital das



infraestruturas de transporte, protegendo sistemas críticos de dados sensíveis;

- XI. Implementar políticas claras e alinhadas a normas internacionais, assegurando gestão eficaz de riscos e ameaças;
- XII. Investir em monitoramento e resposta rápida, com sistemas actualizados auditáveis e resilientes a ataques.